

Memória, linguagem e reprodução da memória social na cartilha de alfabetização do governo militar (1964 - 1985): MOBRAL/PAF - Brasil

Memory, language and reproduction of social memory in the military government's literacy primer (1964 - 1985): MOBRAL / PAF - Brazil

Memoria, lenguaje y reproducción de la memoria social en la cartilla de alfabetización del gobierno militar (1964-1985): MOBRAL / PAF - Brasil

Recebido: 29/10/2020 | Revisado: 04/11/2020 | Aceito: 08/11/2020 | Publicado: 12/11/2020

Margareth Correia Fagundes Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0772-3722>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahía, Brasil

E-mail: margarethcfagundes@hotmail.com

Lívia Diana Rocha Magalhães

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0784-6749>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahía, Brasil

E-mail: lrochamagalhaes@gmail.com

Resumo

Em 1966, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL que foi instituído pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 e implementado em 1970. Neste artigo apresentamos os resultados da pesquisa que realizamos acerca da cartilha elaborada por esse programa. Por meio da análise empreendida, foi possível constatar que a cartilha foi pensada e elaborada na perspectiva da alfabetização funcional e da ordem ideológica de reprodução de visões de mundo que colocam os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem como reprodutores da realidade social. A cartilha do Movimento Brasileiro de Alfabetização, em seu subprograma Alfabetização Funcional - MOBRAL/PAF expressa uma organização baseada numa concepção funcionalista e ideológica de educação, com mensagens subliminares, tudo indica, para estabelecer memórias consensuais, úteis ao seu propósito: o controle do metabolismo social; de conflitos e o estimular ao nacionalismo, tendo em vista garantir a continuidade do campo produtivo, baseado na divisão do trabalho e de homens e mulheres em lugares sociais já estabelecidos. Dir-se-ia que foi estruturada visando a entrelaçar retórica e lições, para reforçar a perpetuação de uma realidade, estabelecida *ad aeternum*.

Palavras-chave: Memória; Reprodução social; Cartilha; MOBRAL/PAF.

Abstract

In 1966, the military government created the Brazilian MOBRAL Literacy Movement, which was instituted by Law no. 5,379, of December 15, 1967 and implemented in 1970. In this article we present the results of the research we carried out on the booklet prepared by this program. Through the analysis undertaken, it was possible to verify that the booklet was thought and elaborated within the perspective of functional literacy and the ideological order of reproduction of worldviews that place the subjects involved in the teaching and learning process as reproducers of social reality. The MOBRAL / PAF booklet expresses an organization based on a functionalist and ideological conception of education, with subliminal messages, everything indicates, to establish consensual memories, useful for its purpose: the control of social metabolism, conflicts and stimulating nationalism, aiming guarantee the continuity of the productive field based on the division of labor and of men and women in already established social places. One might say that it was structured with the aim of interweaving rhetoric and lessons, to reinforce the perpetuation of a reality, established ad aeternum.

Keywords: Memory; Social reproduction; Primer; MOBRAL / PAF.

Resumen

En 1966, el gobierno militar creó el Movimiento Brasileño de Alfabetización MOBRAL, que fue instituido por la Ley n° 5.379, del 15 de diciembre de 1967 e implementado en 1970. En este artículo presentamos los resultados de la investigación que realizamos sobre el folleto elaborado por este programa. A través del análisis realizado, se pudo constatar que el cuadernillo fue pensado y elaborado en la perspectiva de la alfabetización funcional y el orden ideológico de reproducción de cosmovisiones que ubican a los sujetos involucrados en el proceso de enseñanza y aprendizaje como reproductores de la realidad social. El cuadernillo MOBRAL / PAF expresa una organización basada en una concepción funcionalista e ideológica de la educación, con mensajes subliminales, todo indica, para establecer memorias consensuadas, útiles para su propósito: el control del metabolismo social, los conflictos y estimular el nacionalismo, apuntando Garantizar la continuidad del campo productivo basado en la división del trabajo y de hombres y mujeres en lugares sociales ya establecidos. Se podría decir que se estructuró con el objetivo de entrelazar retórica y lecciones, para reforzar la perpetuación de una realidad, establecida ad aeternum.

Palabras clave: Memoria; Reproducción social; Cebador; MOBRAL / PAF.

1. Introdução

O governo militar em 1966, justificando a má repercussão do Brasil, a nível internacional, quanto aos altos índices de analfabetismo e respondendo a intervenção da UNESCO “elaborou o Plano Complementar em trabalho conjunto entre Conselho Federal de Educação, Ministério da Educação e Secretaria de Planejamento para estabelecer estratégias e reduzir os índices de analfabetismo” (Oliveira & Souza, 1990, p. 18-19). Desse plano, é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL e seu subprograma Alfabetização Funcional PAF – MOBRAL/PAF. Esse programa apresenta-se como uma forma de monopolizar e controlar as iniciativas voltadas para educação de jovens e adultos que vinham se fortalecendo numa visão humanista e configurou-se “devendo contribuir não apenas para o fortalecimento eleitoral do partido governista, mas, também, para neutralizar eventual apoio da população aos movimentos de contestação da ditadura em curso (Paiva, 1987, p. 85).

O MOBRAL/PAF é justificado oficialmente como sendo uma prioridade de atendimento na faixa etária de 15 a 35 justamente por ser esse público: “cujo ajustamento social era mais fácil [...] que apresentava maior probabilidade de devolver, em termos de acréscimo de produtividade, os recursos investidos na sua formação” (Brasil, 1975a, p. 8).

Discutiremos nesse artigo resultados de um recorte da pesquisa acerca da “Arquitetura ideológica do MOBRAL/PAF” destacando a concepção funcionalista da alfabetização e as sínteses analíticas que sinalizam uma reprodução social via retórica e imagens, presentes na cartilha.

1.1 O Mobral/PAF – concepção de educação

A concepção conservadora do governo militar (1970) acerca da educação insere-se num movimento amplo em que os processos de ensino, em si mesmos, constituem marcha para o progresso ou “garantia” de progresso. Isto é, educação aparece não só como consumo, mas como um investimento de enorme rentabilidade individuais e sociais, com altas taxas de retorno, que variam de acordo com os níveis educacionais. Por conseguinte, a educação concebida no período ditatorial tinha caráter tecnicista e visava à adaptação do aluno ao meio profissional. Como lembra Jannuzzi (1979, p. 54), refletindo sobre o pensamento da época: “O analfabetismo devia ser erradicado, porque o analfabeto era visto como um dos grandes

obstáculos ao desenvolvimento do país” e, em paralelo, nascia naquele momento a noção de alfabetização funcional, ou seja, a ideia da formação de sujeitos para exercerem uma função na sociedade.

Consequentemente, estabelece a noção de sujeitos cumpridores de uma função social - trabalhadores (as) para atender à questão econômica, surgindo a defesa de um movimento de educação funcional, de forma rápida e continuada para preparar os alfabetizando e alfabetizadas para a produção e, adequá-los ao mercado de trabalho. Assim, compreendemos que a alfabetização funcional surgiu não para dar oportunidades igualitárias em termos de acesso à leitura e à escrita, mas para que os sujeitos fossem cumpridores de uma função social. Aparentemente, o MOBREAL nasce para formar “cidadãos atuantes”, no entanto, de seu discurso é possível depreender que sua meta era formar força de trabalho manual, prática, de acordo com o mundo produtivo dominante e, assim, como assinala Giroux:

A alfabetização, nessa perspectiva, funciona bem para fazer adultos mais produtivos como trabalhadores e cidadãos numa dada sociedade. A despeito de seu apelo à mobilidade econômica, a alfabetização funcional reduz o conceito de alfabetização, e a pedagogia a que ele se ajusta, aos requisitos pragmáticos do capital; consequentemente, as noções de pensamento crítico, cultura e poder desaparecem sob os imperativos do processo de trabalho (Giroux, 1986, p. 216).

Nessa forma de educação, os processos e procedimentos definem o que os professores e alunos devem realizar, de modo que para Saviani

[...] na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (Saviani, 2008, p. 382).

Conforme Documento Base do MOBREAL, há uma tendência de descentralizar ações, mas centralizar controle, relacionamento e objetivos (Brasil, 1975a). Por outro lado, também, além do controle de logística, materiais e da ação pedagógica, outro aspecto a ser considerado, diz respeito à uniformidade que é um elemento da educação tecnocrata para construção de uma unidade nacional e internacional, na medida em que as agências de financiamento e organizadores impõem um determinado ponto de vista para construção de sentimentos e formação de subjetividades padronizadas que sejam úteis a sociedade.

Nesse íterim, o MOBRAL/PAF, por meio de sua cartilha, apresenta um trabalho padronizado para diferentes regiões do Brasil e já dispunha as palavras sequenciadas para desencadear alfabetização e a própria proposta de discussão dessas palavras já vinha pré-estabelecida nas orientações para debate oral, contidas no Guia do Alfabetizador¹ (Brasil, 1980). Em consequência dessa padronização, o pensamento crítico e a complexidade sociocultural são negados e desaparecem no interior da escola, a favor da formação para o trabalho (Giroux, 1986).

Essa noção de padronização de materiais e da própria ação pedagógica, aparece no estudo feito por Santos (2015) quando apresenta entrevistas com professoras que atuaram nesse programa e, questionadas sobre o modo de alfabetização no MOBRAL/PAF, deram os seguintes depoimentos:

As práticas pedagógicas do MOBRAL eram muito bem organizadas e programadas pelo MOBRAL/CENTRAL, sendo repassadas pelas coordenações estaduais, até chegar aos municípios, sem nenhuma abertura para questionamentos, uma vez que o fornecimento do material didático já vinha pronto do MOBRAL/CENTRAL para ser executado pelos professores (ex-professora do programa).

Olhe, é porque as aulas eram muito estruturadas. Elas tinham um começo, um meio e um fim. Todos os dias você tinha que seguir aquela rotina. Tinha uma sequência. Vinha assim oh, naquele dia você vai ensinar essas letras, no outro dia tinha outras letras, no outro dia outras palavras e aí ia aumentando, ia crescendo. Como se diz, no primeiro dia era só o A, no outro dia o E, aí depois foi AE. Do jeito que é a escola inicial, praticamente, hoje. Tinha uma sequência. Era planejado (ex-professora do programa) (Santos, 2015, p. 16).

Concordamos com os autores a seguir que essa padronização interessa aos programas federais de alfabetização e vincula-se aos interesses e à força político-econômica do Estado. Seja qual for o entendimento ou denominação: “Estado autocrático burguês” (Fernandes, 1982); “Estado moderno capitalista” (Chauí, 2014); “Estado de Segurança Nacional” (Alves, 2005) há uma compreensão no sentido de conceber o Estado dividido em classe. Assim, essa uniformidade presente desde a orientação do planejamento da aula, seus conteúdos e formas de abordagem, até a distribuição de materiais didáticos padronizados para todo o país é resultante da tentativa de manter o controle e minimizar antagonismos. Ou seja, fazia parte da epifania do poder que para se sustentar e estabelecer capilaridades de domínio e permanência.

¹ O Guia do Alfabetizador é um manual de orientações, onde se encontram questões e instruções, previamente estabelecidas, para a condução oral de cada lição.

2. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa que para Ludke et. al “constitui uma técnica valiosa [...] seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (2013, p. 38) e nos apoiamos em Koche (2011, p. 29) para desvelar “a cadeia de relações que se esconde por trás das aparências sensíveis dos objetos, fatos e fenômenos”, a partir de uma “lógica crítica e analítica” Pereira et. al. (2018, p. 16).

Assim, foi realizada uma análise interpretativa da cartilha do MOBRAL/PAF (Brasil, 1975b) e envolveu também o Documento Base do MOBRAL (Brasil, 1975a) e o guia do alfabetizador (Brasil, 1980) que é um roteiro de ensino. A cartilha só poderia ser compreendida dentro do contexto histórico de sua produção - a ditadura militar, pois “uma obra só recebe uma verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida, de um comportamento” (Goldmann, 1979, p. 11) ou da “relação simbiótica entre memória, ideologia, história e educação”, como proposto por Magalhães & Almeida (2011, p. 101), de modo que dessa integração saltam as significações dos objetos e fenômenos.

Nesse sentido, analisamos a cartilha do MOBRAL/PAF que é integrada e representada por um pensamento maior. As lições são partes da cartilha² que, por sua vez, trazem palavras, frases e imagens carregadas de significados que só podem ser captados, em relação ao conjunto a que pertencem, pois “palavras, frases, fragmentos semelhantes e mesmo idênticos na aparência, podem ter significações diferentes quando se acham integrados em conjuntos diferentes” (Goldmann, 1979, p. 11).

Do ponto de vista metodológico, extraímos da totalidade político ideológica da cartilha uma síntese analítica de sua essência, depreendendo, em termos de significação, aquilo que a cartilha expressa por meio de sua estrutura.

3. Resultados e Discussão

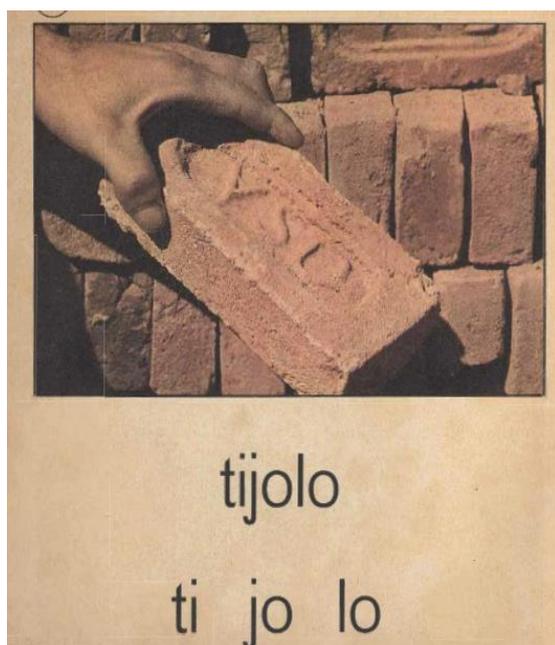
A linguagem adotada, pela cartilha, caracteriza-se pelo controle sobre o metabolismo social – muito marcadamente presente nas imagens e palavras. Essa cartilha organiza-se numa

² Para visualização da análise detalhada da cartilha, consultar o site do Programa de Memória Linguagem e Sociedade (PPGMLS)/UESB.

verdadeira arquitetura ideológica³, que, entre outras abordagens subjetivas, mantém o trabalhador e trabalhadora - alfabetizando (a) no seu lugar social, pois só possibilita a apreensão de uma realidade que lhe é comum, cotidiana, não apresentando outras possibilidades de ver a realidade em si.

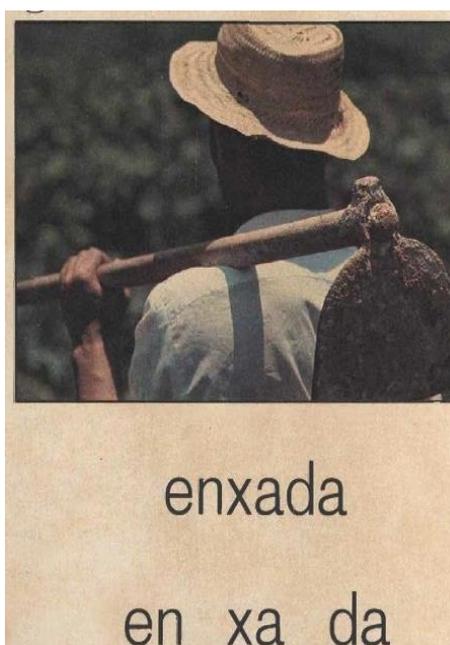
Analisamos, por exemplo, as lições tijolo, enxada, trabalho, união, entre outras. Essas palavras-chave que abrem as lições reproduzem a estrutura ideológica que reporta os alfabetizandos(as) a uma memória individual e coletiva das experiências vividas e recebidas dentro de marcos situacionais de trabalhadores e trabalhadoras manuais, subordinados a uma estrutura de poder e de classe. Nas Figuras 1, 2, 3 e 4, que apresentamos a seguir, as palavras-chave são acompanhadas de imagens que exaltam uma realidade que está próxima ao lugar social desses alfabetizandos e alfabetizandas, e não se vê qualquer representação de palavras, imagens que levante a possibilidade de ampliação desse horizonte.

Figura 1. Palavra-chave tijolo.



Fonte: Brasil (1975b, p. 4)

Figura 2. Palavra-chave enxada.

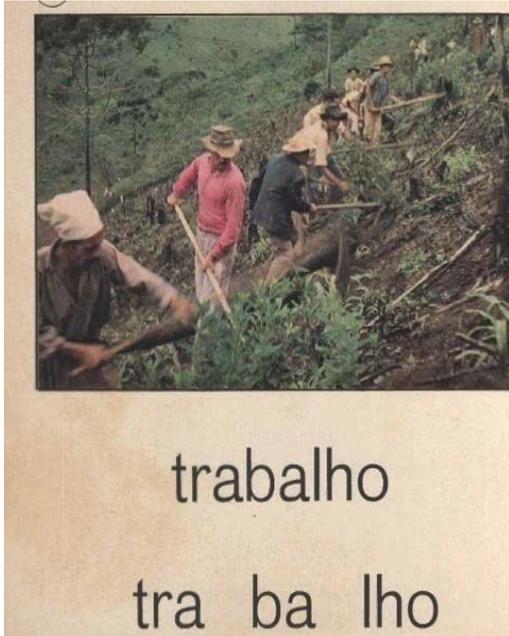


Fonte: Brasil (1975b, p. 34)

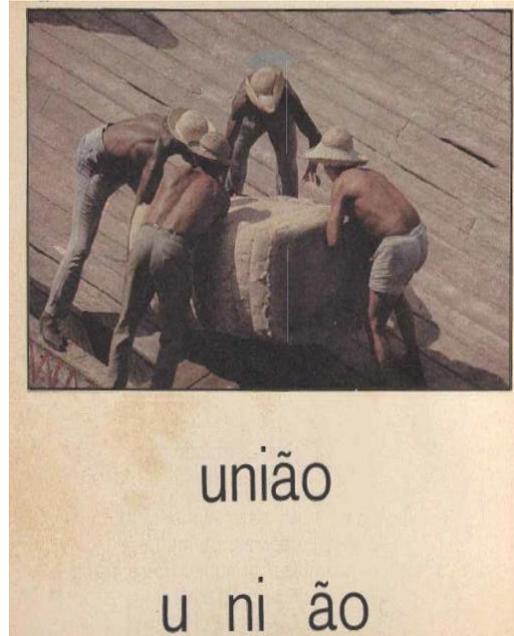
Figura 3. Palavra-chave: trabalho.

Figura 4. Palavra-chave: união.

³ Adotamos a categoria arquitetura ideológica tomando como referência a palavra arquitetura que vem do latim (*architectura*, ae) 'arte de edificar'; do grego [*arkhē*] 'princípio primeiro, principal' e [*tékhton*] 'construção'. Refere-se tanto ao processo quanto ao produto de projetar e edificar o ambiente habitado. Por extensão, arquitetura refere-se, assim, a um conjunto de princípios, regras que são a base de uma instituição, e é essa perspectiva a qual estamos nos referindo, quando buscamos explicar a arquitetura ideológica da cartilha, em questão, sua formatação, materialização e sua difusão ideológica.



Fonte: Brasil (1975b, p. 34)



Fonte: Brasil (1975b, p. 36)

A palavra tijolo (Figura 1) é representativa de trabalho manual, assim como a palavra enxada (Figura 2) – um instrumento de trabalho braçal, sendo apresentado um universo de trabalho que circunda alfabetizandos e alfabetizandas e que, por sua vez, é reforçada pela presença da palavra trabalho (Figura 2) e uma figura em que homens e mulheres que estão trabalhando no roçado, reiterando a relação entre trabalho de homens e mulheres que realizam o labor do trabalho manual, braçal no campo.

Em seguida, a palavra união (Figura 3) aparece reificando um quadro social de valor do trabalho – numa sociedade que exige a interação cooperada, baseadas nas relações interpessoais que faculte a resolução de demandas e problemas no trabalho. O mesmo ocorre quando nos atentamos às orientações contidas no guia do alfabetizador quando o discurso, como meio constitutivo, relaciona o dever individual com o social e reforça a necessidade do trabalho grupal, interativo, mas não discute as políticas públicas para moradia. Por exemplo, no guia do alfabetizador, o professor é orientado a retratar a relação morador/comunidade e a discutir o tema mutirão (Brasil, 1980, p. 22, sessão debate). Por sua vez, a cartilha, seguindo essa linha de entendimento, traz o texto:

O Pessoal É Unido.
Um Vizinho Sempre Ajuda O Outro.
Com União O Serviço Rende Mais?
(Brasil, 1975b, p.47)

Este texto apresenta uma unilateralidade de sentidos, cuja responsabilidade recai sobre o trabalhador e o trabalho: o trabalho rende mais, se tiver união; bem como sinaliza a “união na vizinhança” para encaminhar o grupo de alfabetizandos/alfabetizandas à ideia de mutirão: construir suas casas é possível com ajuda entre si. Portanto, a palavra união não aparece no sentido que possivelmente seria proposto por Paulo Freire para conscientização política e social, mas na cartilha é conferido um sentido de conformação.

Na verdade, o conjunto palavra/imagem/textos se articulam numa operação ideológica – mensagem subliminar para aludir a ideia de maior ‘esforço no trabalho’ e, ainda, a ‘construção coletiva das próprias casas em mutirão’. E assim, poderíamos dizer que essas Figuras (1, 2, 3 e 4) sinalizam operações ideológicas que mobilizam a memória cotidiana dos alfabetizandos (as) em torno do trabalho manual e de base, e alimenta, via alfabetização, a ‘dualidade estrutural no modo de produção capitalista’ (Kuenzer, 2007) que se materializa na prática alfabetizadora.

Essas palavras e imagens representam, portanto, investidas para reprodução da vida, porque embora os sujeitos tenham a ilusão de liberdade, no âmbito das forças capitalistas, a ideologia colabora na manutenção e criação das condições de reprodução do trabalho e vida. Aludindo a Mészáros (2004), entendemos que essas operações ideológicas reificam o controle velado sobre o metabolismo social, e, também, como uma investida da ordem burguesa dominante, no âmbito das relações de produção que visa ao lucro, ao acúmulo do capital que escamoteiam a exploração e a situação social a que estão submetidos os trabalhadores.

Observamos que esse conjunto de lições faz parte de uma arquitetura ideológica que orienta os sujeitos e seus comportamentos, ou seja, trata-se de uma educação (Torres, 2001) casada com interesses do estado no campo econômico. Observa-se, portanto, uma alfabetização que, pela linguagem, reforça as necessidades da organização da divisão capitalista do trabalho.

A cartilha sinaliza uma sociedade aparentemente intransponível e suas lições expressam uma realidade que, tudo indica, pretende levar os alfabetizandos (as) a assumir suas condições perante uma realidade limitante, na qual lhes são negados direitos básicos e, sobretudo, investe na construção de uma memória de conformação do que ela é e que dever continuar, para minimizar conflitos.

Considerando o contexto histórico de realização desse programa e, análise empreendida, chegamos aos principais valores difundidos pela cartilha do MOBREAL/PAF, conforme apresentamos no Quadro 1.

Quadro 1. Difusão ideológica da cartilha do MOBREAL/PAF.

Reforça e naturaliza a Divisão social do trabalho.
Reforça a divisão sexual do trabalho.
Responsabiliza os alfabetizandos (as) pela miséria.
Oculta responsabilidades do Estado.
Controle dos alfabetizandos (as) no exercício da ordem e da moral.
Apelo ao nacionalismo.
Universaliza o sucesso – como prerrogativa individual.
Alfabetização como garantia de inserção social.
Manutenção do lugar social dos alfabetizandos(as).
Reforça dualidade entre trabalho intelectual e manual.
Delega responsabilidade à comunidade.
Reforça papéis sociais já estabelecidos
Divisão do trabalho de leitura: literalidade X interpretação
Silencia aspectos culturais

Fonte: Elaboração própria.

Assim, o quadro acima traz elementos representativos de uma lógica que sustenta a cartilha em que observamos uma alfabetização que reflete a força sócio-histórica e ideológica, tal como mostra essa asserção: “ A alfabetização em termos convencionais desmoronou debaixo do peso de uma ideologia operacional que inspira e legitima a lógica da sociedade dominante” (Giroux, 1986, p. 36).

É, sob esse manto, que vimos a reprodução de memórias sociais e coletivas construídas por meio da remontagem de quadros que reportam mediações imagéticas e retóricas que direcionam sentidos para criação de valores úteis ao modelo econômico liberal capitalista. Ou seja, os valores disseminados na cartilha constituem referências sociais, representações sociais⁴ de alfabetizandos (as), dentro de um mundo comum, dentro do que lhe cabe do ponto de vista ideológico, e a linguagem opera com o sentido da memória social e coletiva, como expressa Halbwachs (2004) jamais “o homem está só e, mesmo sozinho, em termos físicos, ele traz consigo um conjunto de pensamentos e ações – aprendizado social advindo das interpenetrações das dimensões individual e coletiva” em que os grupos de referências

⁴As ciências sociais do século XIX empenharam-se em compreender como se estruturam as condutas, saberes comuns, conhecimentos recíprocos e, nessa perspectiva, destaca-se o sociólogo francês Émile Durkheim (2001), responsável pelos estudos do fenômeno social e cunhou a noção de consciência coletiva, como resultado de interdependência das representações coletivas.

constituem valores, crenças, e os transmitem pelos processos comunicativos, consolidando a memória. Nesse processo, a linguagem tem um papel fundamental, pois permite ao homem operar no tempo histórico e, conseqüentemente, sofrer a ação das instituições sociais.

Nessa perspectiva, o autor, supra mencionado, mostra como a sociedade se impõe sobre nós: “Cada vez que percebemos, nós nos conformamos a esta lógica, ou seja, lemos os objetos segundo essas leis que a sociedade nos ensina e nos impõe” (Peralta, 2007, p. 61). Para Halbwachs (2003, p. 64) “estamos em tal harmonia com os elementos que nos circundam, que vibramos em unísono e já não percebemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros”.

A linguagem da cartilha reflete a finalidade de disseminar valores peculiares a grupos de interesses capitalista conservador, tal como vimos nas lições, de onde o quadro acima deriva: reforça e naturaliza a divisão social do trabalho; apresenta a alfabetização como garantia de inserção social; colabora para manutenção do lugar social dos alfabetizados(as); reforça papéis sociais já estabelecidos e silencia aspectos culturais, entre outros aspectos.

4. Considerações Finais

A cartilha do MOBRAL/PAF, em seu aspecto político-ideológico, torna-se instrumento de adaptação, uma vez que a “alfabetização é um fenômeno intrinsecamente político e, em parte epistemologicamente conflituado, no qual os grupos sociais lutam pela maneira pela qual a realidade deve ser significada” (Braggio, 1992, p. 95).

Os dados que levantamos e analisamos indicam que o processo alfabetizador se caracteriza pela presença deliberada de reprodução de valores que estão ali dispostos a referenciar os modos de atuação da sociedade capitalista, em sua relação com a educação, e fecundar a subjetividade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Essa dinâmica perpassa pela luta de classe e exploração do homem pelo homem, cuja lógica busca estabelecer, via infraestrutura e qualificação da força de trabalho, a produção e reprodução do capital (Germano, 1993), pois homens e mulheres são levados a se deixar enquadrar nos moldes preconcebidos de cidadania e crenças, definidos pelo Estado que se mostra universal, mas, na verdade, está comprometido com a propriedade privada; nasce da cisão da sociedade e representa valores de setores privilegiados.

Portanto, a cartilha do MOBRAL/PAF expressa uma organização, bem como uma concepção funcionalista e ideológica com mensagens subliminares, para estabelecer memórias consensuais, úteis ao propósito de se estabelecer a hegemonia; o controle do

metabolismo social; minimizar conflitos; estimular nacionalismo e nortear os rumos do país, no campo da produção, situando homens e mulheres em lugares sociais já estabelecidos. Como lembram Giroux (1986) e Freire (2007), trata-se de uma alfabetização que, em termos instrumentais, nega a cultura popular – cultura essa que valida vozes e suas experiências e torna a alfabetização um ato carregado de sentidos singulares. O MOBRAL/PAF traz em sua linguagem formas veladas de incentivar o comportamento, no âmbito da ética e da moral, ou seja, imposições ideológicas entrelaçadas à alfabetização ali proposta, para reforçar uma memória de aceitação da realidade, estabelecida *ad aeternum*.

Parafraseando Freire (2007), a sociedade não aceita mais “a memória para posicionar o sujeito no mundo”, e, sim, que há um desejo e luta pela memória que “reposicione o sujeito no mundo”, entendendo o prefixo (re) não como volta ou retrocesso, mas como novos comportamentos, novas construções, novas possibilidades – haja vista que o que mobiliza o ser humano, em sua maioria, é o movimento, é a transformação – ações que dão sentido à vida.

Portanto, esperamos que outros trabalhos acadêmicos, a partir do cruzamento ‘passado, presente, futuro’, recorram aos estudos da memória social e coletiva que subjaz nos materiais didáticos produzidos para a alfabetização de adultos, além de outros, no intuito de desencadear interrogações as evidências de suas existências e apresentar abordagens que sejam capazes de mobilizar memórias socioculturais de caráter emancipatório. Por outro lado, que esses estudos possam abordar a relação alfabetização/linguagem/memória/ideologia, visando políticas de alfabetização que contemplem a diversidade política e sociocultural de um país continental, como o Brasil.

Referências

Alves, M. H. M. (2005). *Estado e oposição no Brasil: (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc.

Braggio, S. L. B. (1992). *Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Brasil. (1975a). Ministério da Educação e Cultura. *MOBRAL*. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Documento Base. (7a ed.). Rio de Janeiro: Abril Cultural.

Brasil. (1975b). Ministério da Educação e Cultura. *MOBRAL*. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Livro de leitura. (7a ed.). Rio de Janeiro: Abril Cultural.

Brasil. (1980). Ministério da Educação e Cultura. Fundação Mobral. *Alfabetização: guia do alfabetizador*. (19a ed.), Rio de Janeiro: Abril Cultural.

Chauí, M. (2014). *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Organização: André Rocha. (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Durkheim, E. (2001). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret. (Coleção a obra prima de cada autor).

Fernandes, F. (1982). *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiróz.

Freire, P. (2007). *Ação cultural para a liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.

Germano, J. W. (1993). *Estado militar e a educação do Brasil*. São Paulo: Cortez.

Giroux, H. (1986). *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes.

Goldmann. (1979). *Dialética e cultura*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Halbwachs, M. (2003). *A memória coletiva*. (B. Sidou, Trad.). São Paulo: Centauro.

Halbwachs, M. (2004). *Los marcos sociales de la memoria*. (M. A. Baeza & M. Mujica. Trad.). Barcelona: Antrophos Editorial; Concepcion: Universidad de La concepcion; Caracas: Universidade Central de Venezuela.

Jannuzzi, G. S. M. (1979). *Confronto pedagógico: Paulo Freire e o Mobral*. São Paulo: Cortez; Moraes.

Koche, J. C. (2011). *Fundamentos de Metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Kuenzer, A. Z. (2007). Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação e Sociedade*, 28(100), 1153-1178.

Ludke, M., & Andre, M.E.D. (2013). *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas* (2a ed). Rio de Janeiro: E.P.U.

Magalhães, L. D. R. & Almeida, J. R. M de. (2011). Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. In: Lombardi, J. C.; Casimiro, A. P. B. S. & Magalhães, L. D. R. (org.). *História, memória e educação*. Campinas, SP: Alínea.

Mészáros I. (2004). *O poder da ideologia*. Tradução: Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo.

Pereira, A. S., et.al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica* [e.book]. Santa Maria. Ed. UAB/UFSM.

Oliveira, L. B. & Souza, S. T. (1990). A alfabetização no MOBREAL: métodos e materiais didáticos. (Uberlândia/MG,1970-1985). *Revista Brasileira de Alfabetização*, 100, 32.

Paiva, V. P. (1987). *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola.

Peralta, E. (2007). Abordagens teóricas ao estudo da memória. *Antropologia, Escola e Memória*. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, n. 2 (Nova Série).

Santos, R. A. (2015). Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobreal: democratizando memórias e desvelando propostas legais pedagógicas. In: REPARQ, 4, 2015. *Anais [...]* João Pessoa, UFPB.

Saviani, D. (2008). *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. (2a ed.). Campinas: Autores Associados.

Torres, C. A. (2001). Grandeza y miserias de La educación latinoamericana Del siglo veinte. In. *Paulo Freire y La agenda de La educación latino americana em el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Margareth Correia Fagundes Costa – 60%

Lívia Diana Rocha Magalhães – 40%